

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOÃO VICTOR GALLO NOVAES

O EMPREGO DO CONJUGADO ANFÍBIO NAS
OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

Rio de Janeiro

2020

CC JOÃO VICTOR GALLO NOVAES

O EMPREGO DO CONJUGADO ANFÍBIO NAS
OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) ANTONIO
CARLOS RODRIGUES MARTINS

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que iluminou meu caminho e permitiu-me chegar até aqui.

Ao meu pai Francisco, que me apoiou e me formou como homem e cidadão. Construiu um ambiente sólido e cheio de amor, onde me criou e me deu um norte para seguir.

A minha mãe Regina, que me deu um amor incondicional e, desde meu nascimento, dedicou sua vida a mim. Neste ano tão difícil para todas as famílias ao redor do mundo, foi contaminada pelo COVID19 e passou por momentos muito difíceis, mas nunca desistiu. Mãe você passou a ser meu símbolo de força e de amor pela vida.

Aos meus amados filhos, Pedro e Maria Eduarda, e minha amada esposa, Isis 2020, por fazem de mim um ser humano melhor e encherem minha vida de felicidade e amor. Vocês são a bateria da minha vida, o meu porto seguro e minha fonte inesgotável de inspiração. Obrigado pela compreensão e me desculpem pela ausência devido aos longos períodos de estudo e dedicação a profissão.

Aos demais integrantes da família e amigos, a torcida de vocês foi extremamente importante nesta jornada.

Ao meu orientador, CMG (Rm1-FN) Rodrigues, pelos ensinamentos, orientações cirúrgicas e disponibilidade irrestrita em sanar todas minhas dúvidas.

Aos amigos da turma C-EMOS/2020 e em especial aos amigos da Turma Almirante Maximiano, a amizade de vocês me ajudou a superar os momentos mais difíceis.

A Escola de Guerra Naval e PUC-Rio, pela rápida adaptação ao ensino à distância e pelo suporte em todas as atividades desenvolvidas durante este curso. O conhecimento adquirido ao longo deste ano será uma herança para toda vida.

Por fim a Marinha do Brasil, pela criação deste curso de excelência, que permite a evolução profissional de seus oficiais, de outras forças e marinhas amigas.

RESUMO

O presente estudo apresentará o emprego do conjugado anfíbio nas Operações de Evacuação de Não Combatentes e o quão importante é a capacidade de realizar esse tipo de operação em um cenário de mundo globalizado, onde existem brasileiros espalhados em toda parte do globo. Para tal, dividimos o trabalho em seis capítulos em que apresentaremos uma introdução, aspectos teóricos e doutrinários, algumas Evacuações de Não Combatentes realizadas ao longo da história, formularemos uma hipótese de emprego real da Marinha do Brasil neste tipo de operação e chegaremos a uma conclusão. Além da estrutura básica do trabalho, o estudo ainda apresentará diversos problemas enfrentados por outros Estados e expressará questionamentos pertinentes acerca da preparação do Brasil para a condução de uma operação deste nível de complexidade, em que não só o campo militar é testado, mas também o campo diplomático tem grande influência para o sucesso da missão.

Palavras-chave: Operação de Evacuação de Não Combatentes. Evacuação. Não Combatentes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Esboço de um sistema de defesa em camadas do litoral brasileiro	50
FIGURA 2 - Triângulo do uso do mar de Eric Grove	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A140	Porta-Helicópteros Multipropósito “Atlântico”
AH-11A	<i>Super Lynx</i>
AOp	Área de Operações
ARE	Área de Reunião de Evacuados
CCB	Corveta Classe Barroso
CCI	Corveta Classe Inhaúma
CCE	Centro de Controle de Evacuados
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CmtOp	Comandante Operacional
ComForTarAnf	Comandante da Força-Tarefa Anfíbia
CPAQ	Convenção para a Proibição de Armas Químicas
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DBM	Doutrina Básica da Marinha
DMN	Doutrina Miliar Naval
DOD	<i>Departamento de Defesa</i>
EB	Exército Brasileiro
ENC	Evacuação de Não Combatentes
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
F44	Fragata “Independência”
FAB	Força Aérea Brasileira
FAdv	Forças Adversas

FCG	Fragata Classe Greenhalgh
FCN	Fragatas Classe Niterói
FA	Forças Armadas
FN	Fuzileiros Navais
ForDbq	Força de Desembarque
ForTarAnf	Força-Tarefa Anfíbia
FS	Forças Singulares
FTM-UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
G25	Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Saboia”
G40	Navio Doca Multipropósito “Bahia”
GpAvç	Grupo Avançado
IncAnf	Incursão Anfíbia
LA	Linha de Ação
LDS	Local de Destino Seguro
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MEU	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
MRE	Ministério de Relações Exteriores
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OpAnf	Operações Anfíbias
OpENC	Operações de Evacuação de Não Combatentes
OTH	<i>Over-The-Horizon</i>
PDN	Política de Defesa Nacional
PEE	Plano de Emergência de Embaixada

PIB	Produto Interno Bruto
PR	Presidente da República
RE	Regras e Engajamento
UH-15	<i>Super Cougar</i>
USMC	<i>United States Marine Corps</i>
USTRANSCOM	<i>United States Transportation Command</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ASPECTOS TEÓRICOS E DOUTRINÁRIOS	11
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ANÁLISES ASSOCIADAS	22
4. A EVACUAÇÃO DA EMBAIXADA BRASILEIRA NA LÍBIA	33
5. POSSIBILIDADES DE EMPREGO REAL	38
6. CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, a capacidade de um Estado em realizar Operações de Evacuação de Não Combatentes¹ (OpENC) é essencial. Proteger seus nacionais em solo estrangeiro demonstra a força que um estado possui de defender seus próprios interesses. Uma das dificuldades das OpENC diz respeito a complexidades de transitar no campo militar, mas sofrer grande influência do campo diplomático, sendo operações realizadas em tempo de paz, sem possuir o cerne da agressão a outro Estado por objetivo. Justamente por estarem transitando no campo da diplomacia, possuem Regras de Engajamento² (RE) bastante específicas, flexíveis e por vezes mais restritivas do que as utilizadas na Guerra Naval clássica.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é identificar a real importância das OpENC no cenário atual, apresentando um cenário hipotético, limitado no entorno estratégico brasileiro, para aplicação da Marinha do Brasil (MB) como vetor para realização desse tipo de operação.

Para atingirmos os objetivos listados anteriormente o trabalho foi dividido em seis capítulos. O primeiro é a introdução, que está apresentando uma noção geral sobre o estudo. Nosso segundo capítulo contemplará um apanhado de aspectos teóricos e doutrinários importantes para ao pleno entendimento do estudo, esperando que, mesmo um leigo na área militar, consiga ler e compreender essa dissertação. No terceiro capítulo, serão apresentados alguns empregos de OpENC realizadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e suas

¹ “Não Combatente” é a expressão que abrangem civis e militares brasileiros não essenciais à operação; nacionais selecionados do país anfitrião e nacionais de outros Estados, desde que seja do interesse do governo brasileiro, também poderão ser considerados (BRASIL, 2020b).

² As Regras de Engajamento se caracterizam por serem uma série de instruções pré-definidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na área de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. Dizem respeito à preparação e à forma de condução tática dos combates e engajamentos, descrevendo ações individuais e coletivas, incluindo as ações defensivas e de pronta resposta (BRASIL, 2015).

respectivas lições aprendidas. Com uma quantidade considerável de operações realizadas pelos norte-americanos, eles evoluíram a doutrinária do *United States Marine Corps*³ (USMC), no campo das OpENC, fato que os credencia como sendo uma boa referência para este estudo. Em nosso quarto capítulo, será abordada uma evacuação realizada por militares da MB na retirada de nacionais da Embaixada do Brasil na Líbia. Esta operação não está enquadrada como uma OpENC da doutrina da MB, pois não houve uma projeção de poder sobre terra, mas é importante seu estudo pelas opções que o Brasil teria para realizar tal evacuação. Já no quinto capítulo, analisaremos a situação geopolítica de algumas áreas pertencentes ao nosso entorno estratégico e, com uma prospecção temporal próxima, chegaremos à conclusão de algum Estado com probabilidade de instauração de caos social. Após este ponto formularemos uma hipótese de emprego do conjugado anfíbio⁴ em uma OpENC, pois, possivelmente, exigiria do Brasil a execução da evacuação de seus nacionais. Na nossa conclusão, buscaremos aproveitar os conceitos, fatos históricos e as análises expostas para propormos aprimoramentos, sejam em termos de doutrina, serviços previstos que não são bem executados ou até mesmo da necessidade de aquisição de novos meios ou equipamentos.

A seguir apresentaremos o nosso segundo capítulo, demonstrando os principais aspectos teóricos e doutrinários voltados especificamente para as OpENC.

³ O USMC, traduzido pelo próprio autor como o “Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA”, é um ramo das Forças Armadas responsáveis por conduzir operações expedicionárias e anfíbias com a Marinha, o Exército e a Força Aérea.

⁴ O Conjugado Anfíbio é o conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir missões relacionadas à projeção do poder sobre terra (BRASIL, 2015).

2 ASPECTOS TEÓRICOS E DOUTRINÁRIOS

Este capítulo não possui o objetivo de ensinar ao leitor como fazer uma OpENC, mas sim apresentar um arcabouço contextual teórico e doutrinário para podermos entender os capítulos subsequentes. Desta forma, não discorreremos todos os manuais de OpENC, seja do Ministério da Defesa (MD) ou da MB, mas sim escolheremos os conceitos mais interessantes ao nosso estudo.

Faz-se mister, agora, entendermos que mesmo em tempos de crise, viajar é um dos passatempos favoritos dos brasileiros, que adequa o roteiro ao bolso e não abre mão de conhecer novas localidades, principalmente, no exterior. Com a globalização, observa-se uma forte presença de empresas nacionais, representações ou organizações brasileiras em outros Estados. Em estimativa realizada no ano de 2016, mais de 3 milhões de brasileiros viviam no exterior, número que aumenta, consideravelmente, se considerarmos os brasileiros de passagem⁵ (BRASIL, 2020d).

Sabe-se, também, que diversos Estados visitados ou que os brasileiros estabelecem moradia estão suscetíveis a instabilidade política e econômica, e que esta pode evoluir para o caos social, ou até mesmo serem assolados por catástrofes causadas por fenômenos naturais ou acidentes de grandes proporções ambientais. Qualquer um dos casos citados, anteriormente, pode tornar inviável o retorno destes cidadãos por meios convencionais de transporte. Nesta situação, pode ser necessária a retirada dessas pessoas utilizando a força militar, única capaz de prover a proteção necessária aos nossos nacionais. É neste exato cenário que surgem as OpENC.

⁵ No escopo deste trabalho, consideraremos os brasileiros de passagem aqueles que não residem no exterior, mas encontra-se em outros Estados realizando turismo, viagem de negócios, seminários e eventos acadêmicos, ou seja, visita temporária sem fixar residência.

Para o entendimento pleno das OpENC, é necessário, neste momento, que as posicionemos dentro da doutrina da MB, visto que é uma das limitações do nosso objeto, pois podem ser, ainda, realizadas pela Força Aérea Brasileira (FAB) ou pelo Exército Brasileiro (EB). As OpENC são realizadas pela MB, por meio de uma Projeção Anfíbia, sendo esta definida na Doutrina Militar Naval (DMN) como sendo uma das capacidades intrínsecas do conjugado anfíbio, para introduzir em uma área de interesse, partindo do mar, meios para cumprir tarefas diversas, em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. Também, se faz adequada para a condução de atividades benignas (Apoio à Política Externa, entre outras) ou de emprego limitado da força⁶ (Operação de Evacuação de Não Combatentes, Segurança de Representações Diplomáticas, entre outras). As Projeções Anfíbias são uma das modalidades das Operações Anfíbias (OpAnf), que são conhecidas como operações navais lançadas do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2017b). Sendo assim, em tempo de paz, as OpENC são adequadas para cumprir múltiplos propósitos, em proveito das atividades de emprego limitado da força.

Julian Corbett (1988 citado por RODRIGUES, 2011) apresenta que o homem utiliza o mar, mas não vive nele, estando sempre apegado à terra onde se localizam seus bens materiais e espirituais. Ele acreditava que as Forças Armadas (FA) deveriam atuar de forma conjunta, a fim de realizar operações ao longo dos litorais, visualizando a guerra de uma forma, essencialmente, anfíbia. O nosso estudo não objetiva a guerra, mas as citações de Corbett são o exemplo claro da importância da capacidade de projeção de poder para a MB. Tal importância,

⁶ As atividades de emprego limitado da força são aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o Estado tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental (BRASIL, 2017b).

faz com que a projeção de poder sobre terra se torne uma das tarefas básicas do Poder Naval, que na nossa marinha é atendida pelas OpAnf.

Após localizarmos as OpENC em nossa MB e expressar a sua importância para o nosso estudo, futuramente, focaremos em uma região onde seria provável a necessidade de realizarmos tal operação, porém, não faremos isso aleatoriamente, já que existem diversos Estados que vêm enfrentando crises ou até mesmo catástrofes. Escolheremos algum Estado do entorno estratégico brasileiro, este muito bem definido na Política Naval como sendo “[...] América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020a).

Ferreira (2014) cita que o Poder Naval brasileiro precisa se fazer presente no litoral dos Estados do seu entorno estratégico, de forma a contribuir para boa ordem no mar e a partir do mar. Analisa que os Estados da costa oeste da África apresentam características singulares, existindo estruturas político-econômicas de Estados débeis, contingentes populacionais elevados, conflitos étnico-culturais arraigados, propensão ao rápido alastramento de pandemias, devido às condições sanitárias, forças armadas frágeis e com pouca capacidade de proteção externa ou interna, forte presença de grupos terroristas e ameaça de pirataria, entre outras (FERREIRA, 2014). Tal análise, muito bem fundamentada, será utilizada em nosso estudo para fomentar uma possível aplicação real da operação ora estudada.

Ele também definiu um esboço de um sistema de defesa em cinco camadas (FIG. 1) partindo do litoral brasileiro. Na primeira camada, única que nos interessa neste trabalho, deveriam ser utilizadas, como forma de defesa, a Diplomacia Naval, por meio da construção de parcerias com outros governos e onde os navios da MB deveriam mostrar a sua bandeira. Outra defesa seria por meio de uma das tarefas básicas do Poder Naval, já citada anteriormente, a projeção de poder sobre terra, seja com Operações Humanitária ou Operações de Paz. Por fim, deveriam ser realizadas, também, ações que contribuam para a Segurança Marítima, por

intermédio do combate às novas ameaças como a pirataria e o narcotráfico (FERREIRA, 2014). Nossa interpretação, neste estudo, é que todo esse esforço contribuiria como forma de dissuasão, uma maneira de demonstrar que as FA brasileiras têm a capacidade de se fazerem presente em toda parte do globo e força militar para prover a segurança de seus nacionais.

Dito isto, estabelecida uma crise insustentável ou até mesmo catástrofe natural, cabe ao Embaixador, desde que aprovado pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE), realizar uma solicitação de evacuação dos funcionários do governo e de seus dependentes, excetuando-se os militares. Normalmente, essa evacuação iniciar-se-á com o acionamento do Plano de Emergência de Embaixada (PEE), utilizando as linhas aéreas comerciais, fretando voos e/ou o transporte terrestre. Na impossibilidade de utilização dos meios de evacuação anteriormente citados e caracterizando a necessidade do auxílio militar, o MRE solicitará o apoio ao Presidente da República (PR) (BRASIL, 2020b).

O apoio a esta evacuação é justamente fornecido por meio das OpENC para retirar, preferencialmente, brasileiros fora do território nacional, cujas vidas estejam em perigo, do país anfitrião⁷ para um Local de Destino Seguro⁸ (LDS) (BRASIL, 2020b).

Entendendo como se inicia e para que serve as OpENC, falta-nos saber quais seriam seus propósitos: prover a segurança na evacuação de não combatentes para um LDS e reduzir o número de cidadãos em risco nas regiões de conflito (BRASIL, 2020b). Aqui cabe explicar que o Embaixador não pode determinar a partida de cidadãos civis brasileiros, mas apenas pode oferecer-lhes auxílio para a retirada da região em crise. Assim a força militar só executará a retirada dos não combatentes voluntários. Nesse caso, haverá a retirada de tantos nacionais quanto possível, configurando apenas a redução do número de cidadãos da área conflituosa.

⁷ Para fins do nosso estudo, o país anfitrião será definido como o Estado a partir do qual são evacuados os não-combatentes.

⁸ O Local de Destino Seguro é o local para onde são conduzidos os evacuados ao término da Evacuação de Não Combatentes, que, preferencialmente, deverá estar localizado no Brasil (BRASIL, 2008).

Sabendo-se agora que uma das aplicações das OpENC é a retirar cidadãos de área conflituosa, o que diferenciaria elas de uma Operação de Resgate⁹? O MD33-M-08 (Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes) define que nas OpENC os nacionais não estarão sob controle de Forças Adversas (FAdv), como presos ou detidos, quando seria recomendada a realização de uma Operação de Resgate. Assim a diferença se baseia na duração e no grau de controle sobre os nacionais (BRASIL, 2020b).

Ainda no campo das diferenças, temos que pontuar a principal diferença entre a OpENC e a Incursão Anfíbia¹⁰ (IncAnf). Neste momento, a diferenciação é mais simples, enquanto as OpENC são conduzidas em tempo de paz, as IncAnf são operações de guerra naval cuja execução pressupõe, normalmente, um ato de força entre os estados envolvidos.

Uma das características das OpENC é a incerteza, pois podem ser acionadas sem aviso prévio, daí a importância para a MB de ter, em condição de pronto emprego, uma força adestrada e devidamente equipada, capaz de fazer face às diversas situações que por ventura surjam (ZUCCARO et al., 2002). Esse campo será mais bem explorado adiante, quando tentaremos responder a seguinte pergunta: Estaria a MB em condições de realizar uma OpENC no entorno estratégico brasileiro?

Em se tratando da real necessidade e o contínuo preparo e desenvolvimento das FA, o ex-Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, falou o seguinte:

Nesse novo mundo de incertezas, nesse novo mundo em que o Brasil tem um papel crescente, o desenvolvimento das Forças Armadas é o esteio da nossa possibilidade de continuarmos no caminho que tem sido trilhado por nós, de uma afirmação tranquila dos nossos interesses, da nossa soberania, sempre nesse espírito de paz e de concórdia, mas que não descuida da necessidade da defesa (ZUCCARO et al., 2002).

Ainda que qualquer uma de nossas FS fosse capaz de executar o tipo de operação estudada, a MB possui uma especial aptidão para esta tarefa, particularmente, quando realizada

⁹ O Resgate é a recuperação, em situação emergencial, de pessoal ou material que, por qualquer razão, seja retido em área ou instalação hostil ou sob controle do inimigo (BRASIL, 2008).

¹⁰ A Incursão Anfíbia é uma operação anfíbia envolvendo uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada (BRASIL, 2017b).

em outro continente. Isso se faz em função das características intrínsecas do nosso Poder Naval, quais sejam: a mobilidade, a permanência, a versatilidade e a flexibilidade (BRASIL, 2008).

Na DMN, mobilidade refere-se à capacidade de mover-se em longas distâncias e manter um alto grau de prontidão (BRASIL, 2017b). Essa capacidade é extremamente importante por permitir ao conjugado anfíbio atuar em toda parte do globo, em que sua presença se fizer necessária, a fim de defender os interesses nacionais.

Já a permanência refere-se à capacidade de operar continuamente, independentemente e por longos períodos em áreas distantes e vastas. Um suporte logístico móvel eficiente significa aumento da capacidade de permanência (BRASIL, 2017b). Com relação a essa característica do Poder Naval, veremos mais adiante que, no momento atual, é a que carece de maiores investimentos e deve ser dada especial atenção. As limitações aqui encontradas podem decorrer da distância entre o objetivo e a base ou do tempo em que a força naval necessitar se fazer presente. Cabe-nos aqui lembrar que no momento em que se esgotem as nossas capacidades logísticas, ainda serão possíveis estudo de acordos multinacionais para suprir esta deficiência.

Não obstante aos conceitos anteriores citados, está a versatilidade, que nos permite mudar a postura militar e manter a capacidade de executar várias tarefas. Isso, também, inclui a possibilidade de atuar em diferentes níveis de prontidão exigidos pelos vários cenários expostos, além das capacidades de operar tanto ofensiva como defensivamente, e poder participar de operações singulares¹¹ ou conjuntas¹², bem como multinacionais¹³ (BRASIL,

¹¹ Para fins deste estudo, a expressão “operações singulares” será usada para definir as operações executadas por apenas uma das Forças Armadas (BRASIL, 2015).

¹² Para fins deste estudo, a expressão “operações conjuntas” será usada para definir as operações compostas por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob comando único (BRASIL, 2015).

¹³ Para fins deste estudo, a expressão “operações multinacionais” será usada para definir as operações constituída por elementos de dois ou mais Estados, estruturada segundo mandato específico da Organização das Nações Unidas, ou de organização de segurança regional, ou de coalizão de Estados, específica para uma determinada situação, que tenha sua missão definida pela finalidade, pelo espaço e por período de tempo (BRASIL, 2015).

2017b). A versatilidade do Poder Naval faz com que as aplicações do conjugado anfíbio nas OpENC sejam tão bem recomendadas.

A última característica intrínseca ao Poder Naval é a flexibilidade, que se traduz na capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes tamanhos e capacidades, em função da missão, possibilitando o emprego gradativo da força (BRASIL, 2017b). Tal característica permite ao conjugado anfíbio se adequar as leis vigentes e gradar a sua força para atingir diferentes objetivos. Liddell Hart (1983 citado por RODRIGUES, 2011) afirmou, ao concluir seus estudos sobre as OpAnf, que a flexibilidade anfíbia é a maior arma estratégica que um Poder Naval possui.

Com isso, por suas características (mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade), o Poder Naval seria o mais indicado para executar missões, utilizando conjugado anfíbio, sob condições adversas e em áreas conflituosas ou afetadas por catástrofes naturais, afastado de sua sede, com uso de um poder autossustentável, para concluir a missão, em um período de tempo limitado.

Quanto aos ambientes operacionais que as OpENC podem ser realizadas, temos três tipos diferentes de ambientes: permissivo¹⁴, incerto¹⁵ e hostil¹⁶. Dado ao exposto, são fatores chaves no planejamento de uma OpENC: acompanhamento da situação, apreciação correta das possíveis mudanças políticas e militares, além do conhecimento do número de brasileiros residentes ou em trânsito pelo Estado em crise, o ambiente em que o Comandante Operacional¹⁷ (CmtOp) irá operar e a preparação da força para um ambiente que pode, rapidamente, passar de permissivo para incerto ou hostil (BRASIL, 2020b).

¹⁴ Neste trabalho, o ambiente permissivo será aquele ambiente onde não é esperada resistência à OpENC (BRASIL, 2020b).

¹⁵ Neste trabalho, o ambiente incerto é o ambiente operacional em que as FA do país anfitrião não detêm o controle efetivo do território e da população (BRASIL, 2020b).

¹⁶ Neste trabalho, o ambiente hostil é aquele em que o governo do país anfitrião adotou uma postura hostil ou perdeu o controle da situação, colocando em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele Estado (BRASIL, 2020b).

¹⁷ O Comandante Operacional é a autoridade militar responsável pela condução da OpENC e pela segurança do pessoal, dos equipamentos e das instalações dentro da área de operações (BRASIL, 2020b).

Para executar as OpENC, é de suma importância que os PEE tenham sido bem elaborados e sejam do conhecimento de todos os envolvidos na operação. A responsabilidade de elaboração destes planos é dos Adidos de Defesa e, na falta desses, serão elaborados por alguém da embaixada, indicado pelo Embaixador (BRASIL, 2020b). Aqui, ainda cabem mais alguns questionamentos válidos e essenciais para a execução das OpENC: as representações diplomáticas do Brasil no exterior possuem seus PEE? Caso possuam, esses planos estão atualizados? Essas mesmas representações diplomáticas possuem um cadastro dos nacionais que poderão vir a ser evacuados? Caso possuam, esses cadastros estão atualizados?

Na tentativa de responder as perguntas anteriores foi realizada pesquisa nos sítios de internet, em 19 de junho de 2020, com o intuito de simular um viajante brasileiro, que se encontra no exterior, ou até mesmo um cidadão brasileiro residente no exterior, quando ocorre uma crise ou desastre natural sendo necessária uma Evacuação de Não Combatentes (ENC). Como resultado desta pesquisa, foi encontrado apenas um (01) PEE, da Embaixada do Brasil em Reide - Reino da Arábia Saudita, disponível (BRASIL, 2020e). Cabe aqui a ressalva que os Consulado-Geral do Brasil em Santiago (Chile), Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles e em São Francisco (EUA) possuem Planos de Emergência, porém estes não contemplam informações necessárias para o cidadão brasileiro cumprir e se orientar para uma ENC. A pesquisa realizada não significa que as Embaixadas, Consulados e Vice-Consulados do Brasil, no exterior, não possuam seus PEE ou que estes não estejam atualizados, apenas demonstra a dificuldade que os nacionais brasileiros podem encontrar, em caso de necessidade de acesso, esses planos para situações de emergência que evoluam para uma ENC.

Abordando, neste momento, o campo legal para as OpENC, em 1990, um importante estrategista naval britânico, chamado Eric Grove (1948), representou as funções do Poder Naval relacionadas ao uso do mar em um diagrama (Triângulo do uso do mar de Eric Grove (FIG. 2)), em que os lados do triângulo e cada círculo representavam um grupo de

atividades. Na base do triângulo, localiza-se a função militar¹⁸ do Poder Naval, a qual se relaciona com o círculo da confrontação leste-oeste; o lado direito, a função constabular¹⁹ e as atividades de imposição da lei e da ordem, por fim, o lado esquerdo representa a função diplomática²⁰ e os interesses nacionais. Segundo Grove,

Algumas vezes um evento naval em particular encontra-se em apenas um círculo, outras vezes, na interseção de dois, ou até dos três círculos. A localização precisa de qualquer ponto é mais uma questão de interpretação do que uma clara e precisa definição, mas o diagrama com os três círculos é interessante pelas suas implicações para o futuro [...]. (GROVE, 1990).

Tal representação demonstra o quão complicado é a realização de uma operação utilizando-se do Poder Naval e o posicionamento das OpENC no diagrama, descrito anteriormente, encontra-se, justamente, entre os três círculos, ou seja, a área mais complexa. Com base nisso, elas devem ter suas RE fortemente influenciadas para atender aos aspectos inerentes ao Direito Internacional Público, em particular as Convenções de Genebra relativas ao Direito Internacional dos Conflitos Armados, além de assumirem fundamental importância no planejamento e de condicionarem a atuação de todos os elementos constituintes da ForTarAnf.

Vale ainda, de acordo com as normas legais, frisar que a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira é uma matéria constitucional e um objetivo estabelecido, explicitamente, na Política de Defesa Nacional (PDN), assim como a atuação das FA para assegurar os interesses do Estado brasileiro e a integridade física e psicológica de nacionais brasileiros está prevista na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Tratando especificamente da permissão ao uso de armamentos, é interessante observarmos que embora as OpENC sejam mais limitadas em comparação a uma IncAnf, por ser um tipo de operação prevista para ocorrer em tempo de paz, os agentes controladores de

¹⁸ A função militar está, para este trabalho, definida como projetar poder sobre terra.

¹⁹ A função constabular é, para este trabalho, definida como a salvaguarda dos recursos nacionais e sua aplicação e manutenção da paz internacional.

²⁰ A função diplomática é, para este trabalho, definida como mostrar bandeira e realizar diplomacia com armamento.

distúrbios podem ser autorizados pelos comandantes de unidades militares, nas OpENC, de acordo com Protocolo de Genebra de 1925 e pela Convenção para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ). Tal relaxação e permissão de utilização faz com que as RE aplicadas nas OpENC consigam ser mais eficientes quando não forem usadas a força não letal.

Além do aspecto jurídico, as OpENC são, também, influenciadas por aspectos políticos, econômicos e sociais, onde os interesses do seu próprio Estado impõem ao CmtOp a necessidade de realização de uma análise e levantamento de dados criteriosa, de modo a evitar que os resultados possam comprometer tais interesses. Assim, faz-se mais que importante a utilização de um Grupo Avançado (GpAvç), que se deslocará para o país anfitrião, com propósito de obter os conhecimentos necessários para consolidar o planejamento, dados sobre a situação vigente no país anfitrião, informações sobre as ameaças inimigas, caso existam, e efetuar a ligação com a missão diplomática brasileira situada naquele Estado (BRASIL, 2008)

Ao tratarmos especificamente do planejamento das OpENC, percebemos que existem algumas limitações impostas, quais sejam: o tempo disponível para execução da operação, a natureza das tarefas que devem ser realizadas, aspectos logísticos necessários para o bom andamento da missão e condições especiais impostas por autoridade superior e aspectos legais, citados anteriormente.

A limitação tempo disponível para o planejamento e tempo provável de duração da operação são de difícil mensuração, por terem forte dependência de resoluções políticas e de cunho legal a serem acordadas entre os Estados e organizações internacionais envolvidos no problema. Neste campo ainda temos que acrescentar a possibilidade de um rápido agravamento da situação no país anfitrião, o que demandaria a rápida flexibilização das RE.

As limitações logísticas, além de ter o seu planejamento afetado pelas anteriormente mencionadas, ainda tem que lidar com os próprios problemas intrínsecos da aplicação dos meios para o transporte e evacuação distantes das suas sedes, ainda possuem limitação do espaço

disponível a bordo destes meios de transporte e a necessidade de incluir em seu planejamento a possibilidade de apoio de saúde em terra e a bordo.

Devido às tarefas realizadas as OpENC podem ser caracterizadas como de natureza humanitária, principalmente, quando em um ambiente permissivo e tal fato exige das forças envolvidas um adestramento muito específico para a realização de todas as tarefas necessárias. Porém, como vimos anteriormente, o ambiente operacional pode mudar muito rapidamente de permissivo para incerto ou até mesmo hostil, assim, os planejamentos das operações devem prever ações ofensivas e defensivas, sendo necessário alto grau de flexibilização.

Ao final deste capítulo, concluímos a apresentação de todos os conceitos necessários para entendermos de maneira plena como se processam as OpENC, o ambiente operacional em que estas se inserem, o grau de complexidade que elas podem envolver e o mais importante, percebermos que o conjugado anfíbio, por vezes, é o mais indicado para aplicação nesse tipo de operação. O encerramento desta parte do estudo possibilitará avaliarmos, com um olhar mais técnico, a contextualização histórica de evolução, que será apresentada nos próximos capítulos.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ANÁLISES ASSOCIADAS

Este capítulo explicará o surgimento das OpENC na MB, como ela evoluiu até chegar na DMN e as influências que outros estados tiveram na formação destes conceitos.

O Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), como resultado da experiência acumulada em alguns exercícios operativos realizados e do conhecimento específico de alguns Oficiais, publicou, em 2001, o CGCFN-1310 (Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes). O propósito de tal publicação foi apresentar conceitos básicos e os procedimentos relativos ao planejamento e à execução das operações de ENC por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (ZUCCARO et al., 2002).²¹

Em 2010, a MB realizou um seminário de Doutrina Naval e encaminhou proposta para a alteração da até então denominada Doutrina Básica da Marinha (DBM), que posteriormente passou a chamar-se DMN, inserindo a Projeção Anfíbia como uma nova modalidade de OpAnf (LAGE, 2011).

Somente em 2014, com a nova edição da DBM, houve a esperada atualização doutrinária. Ela flexibilizou o conceito de OpAnf, incorporando a ideia, já mundialmente consagrada há décadas, de que a “projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a operação anfíbia contemporânea, não importando o grau de hostilidade do ambiente, nem o tipo de missão a ser cumprida” (FERREIRA, 2014).

Durante o processo evolutivo de nossa doutrina de OpAnf, a MB teve no USMC a sua grande fonte inspiradora. Embora a envergadura de suas forças e sua capacidade de investimento sejam incomparáveis, o motivo de tal motivação é legítimo, pois nenhuma outra força teve mais oportunidades de aplicar e, com isso, se aperfeiçoar do que eles. Para tal, o

²¹ Apesar da defasagem temporal de 18 anos (2002-2020), está referência apresenta os subsídios do primeiro Manual de OpENC da MB, assim como o propósito pelo qual ele foi criado.

USMC obteve apoio de seu governo e de seus nacionais, com isso se estruturou com meios adequados, conseguiu evoluir para uma considerável organização, até atingir um ponto em que conseguiu realizar adestramentos mais eficientes para a execução das OpAnf.

Para os estadunidenses o “*American way of life*” só é possível com suas FA e isso é valorizado culturalmente. O primeiro dever do governo é proteger e defender os seus cidadãos, sendo que a perda nesta confiança da capacidade e disposição do governo de proteger e defendê-los pode mudar a narrativa pública e até obrigar os formuladores de políticas a alterar a direção da sua estratégia. As OpENC de áreas ameaçadas no exterior são, portanto, uma questão estratégica importante, particularmente, no mundo globalizado atual. Neste contexto, os militares são responsáveis por planejar e executar, em curto espaço de tempo, as OpENC (DIXON, 2017).

Alguns fatos marcaram, negativamente, os EUA no campo das ENC, que os forçaram a várias mudanças. Um destes fatos foram helicópteros estadunidenses arrancando pessoas de telhados em meio à queda de Saigon (Vietnã), enquanto multidões de vietnamitas pediam para embarcar. Neste mesmo cenário, outro fato foi o alijamento nos navios dos EUA de helicópteros que eram usados durante as evacuações, a fim de abrir espaço para receber mais voos que partiam de Saigon. Essas imagens foram transmitidas por todo mundo e simbolizam o fracasso e o abandono da estratégia dos EUA no sudeste da Ásia. As cenas descritas, anteriormente, contribuíram para a percepção do fracasso da estratégia até então adotada e o mal-estar causado protagonizaram a campanha presidencial dos EUA de 1980 (DIXON, 2017).

À época em que ocorreram os fatos descritos anteriormente era o início da Revolução das Comunicações²², imaginemos se tais fatos ocorressem nos dias atuais, certamente, não seriam duas fotos que correriam e chocariam o mundo, seriam, de forma instantânea, milhares de fotos e vídeos, tomadas por perspectivas aleatórias, por vezes amadoras,

²² A Revolução das Comunicações moldou o futuro da humanidade ao tornar o planeta pequeno, por meio da tecnologia e a velocidade de propagação da informação, e permitir que as culturas começassem a se misturar.

que destruiriam a imagem do governo estadunidense e colocariam em cheque não só a estratégia adotada, mas a legitimidade das ações executadas por estas forças.

Após os fatos relatados anteriormente, o foco do presidente dos EUA, Ronald Reagan, foi alterado, de modo a renovar a confiança no Estado. Neste contexto, ele ordenou a invasão a Granada²³ e a Operação denominada *Urgent Fury*²⁴ (1983) evacuou 800 estudantes de medicina estadunidenses e derrubou um regime alinhado pelos comunistas. A operação em Granada avançou o objetivo estratégico de Reagan ao reverter a "Síndrome do Vietnã" e reconstruir a credibilidade e confiança do poder dos EUA. A operação teve forte crítica de outros estados e, também, descobriu sérias lacunas na capacidade dos militares de realizar, de forma organizada, uma OpENC como uma operação multinacional (Estados Unidos da América, Barbados, Jamaica e membros da Organização de Estados do Caribe Oriental) (DIXON, 2017).

As ENC realizadas por forças militares não são tão frequentes ao longo da história, mas, quando ocorrem, carregam enormes consequências diplomáticas, militares e estratégicas nacionais. Imagens de não combatentes em perigo têm um enorme poder destrutivo e a mídia é implacável. Mesmo a mídia doméstica não joga para perder, o que importa é vender a notícia, pouco importa a consequência que isso trará. Neste ponto conseguimos extrair uma lição preciosa da história de operações realizadas pelos EUA, em que torna-se imprescindível a execução das OpENC com sucesso, não só no campo militar. Observamos, então, que, em um mundo onde qualquer pessoa portando um celular com câmera pode divulgar fotos e vídeos que, instantaneamente, chegam em qualquer parte do globo, uma ação mal executada pode causar danos catastróficos para imagem de um Estado.

Analisando outras ENC realizadas pelos EUA, podemos verificar que as evacuações diplomáticas ocorrem com mais frequência do que poderíamos imaginar. De 1988

²³ Granada é um Estado caribenho constituído por uma ilha principal, também chamada de Granada, e por ilhas vizinhas menores.

²⁴ Fúria Urgente, tradução do autor.

a outubro de 2007, o Departamento de Estado de Washington conduziu 271 evacuações, perfazendo uma média com mais de uma operação a cada 3 semanas, no período estudado (DIXON, 2017). Em sua grande maioria, estas operações foram realizadas sem o auxílio militar, no entanto, dependendo do número de evacuados, das condições de transportes comerciais e das vias de acesso, assim como do grau da ameaça, a capacidade da embaixada em lidar com a situação pode ficar sobrecarregada, levando-a a solicitar assistência militar.

Entendendo em que contexto as OpENC ascenderam a importância nos EUA, apresentaremos mais operações que ocorreram ao longo da história, com o intuito de extrairmos conclusões que podem aperfeiçoar a nossa doutrina ou sinalizar um alerta de possíveis tarefas essenciais que não estão sendo executadas ou até mesmo executas de forma deficiente, como no caso da divulgação das dos PEE apresentada no capítulo anterior.

Após a retirada de tropas do Vietnã em 1973, os EUA mantiveram uma grande presença diplomática, com dezenas de milhares de cidadãos norte-americanos, funcionários do governo dos EUA, contratados, empresários e seus membros da família. No início de 1975, a situação no sudeste da Ásia deteriorou-se rapidamente e os EUA iniciaram a Operação *Frequent Wind*²⁵, uma OpENC, executada pela *United States Air Force*²⁶ (USAF) em conjunto com o USMC. Em abril de 1975, os Estados Unidos evacuaram mais de 130.000 pessoas por via aérea e marítima, sendo esta a maior OpENC da história (DIXON, 2017).

O Embaixador dos EUA atrasou, na esperança de negociar uma trégua e relutante em admitir falhas ou causar pânico, a evacuação final da Embaixada. Quando solicitou a evacuação, 16 divisões do exército norte-vietnamita já haviam cercado Saigon, o aeroporto já havia sido fechado e multidões de civis em pânico e militares comunistas encheram as ruas, tornando a evacuação quase impossível. A extração de helicóptero era a única opção disponível.

²⁵ Vento Constante, tradução do autor.

²⁶ A USAF, traduzida pelo próprio autor como sendo a Força Aérea dos Estados Unidos, é o ramo da aviação das Forças Armadas dos Estados Unidos, cuja missão é defender os Estados Unidos e proteger os seus interesses pelo ar e espaço.

Entre os dias 29 e 30 de abril de 1975, os helicópteros levaram 1.373 cidadãos estadunidenses e 5.595 cidadãos vietnamitas e de outros Estados que trabalhavam na embaixada. Milhares de vidas foram perdidas nessa operação. No relatório final estadunidense, após a ação, consta a seguinte afirmação, traduzida pelo próprio autor deste estudo: “Tentar opções mais atraentes pode resultar no atraso da decisão de execução até que uma situação de pior caso se desenvolva”²⁷ (DIXON, 2017, tradução nossa).

No caso do Vietnã, a lição aprendida foi, além da falha de comunicação social, com a exposição de fotos que marcaram esta operação e caracterizou o fracasso da estratégia estadunidense na região, a demora excessiva em tomar a decisão de executar a OpENC, com receio da repercussão que poderia tomar, também foi uma das grandes falhas deste episódio da história dos EUA.

A decisão pela retirada de cidadãos e diplomatas de um local estrangeiro tem pesadas repercussões estratégicas e políticas. Uma evacuação ordenada sinaliza uma determinação oficial de um Estado que o país anfitrião não pode mais garantir a segurança de cidadãos estrangeiros e que permanecer no local não vale mais o risco. Tal ação prejudicaria ainda mais a economia, a estabilidade e a legitimidade da região. São pelas razões apresentadas anteriormente que a evacuação é uma decisão tão difícil de ser tomada.

Outra operação desencadeada pelos EUA interessante para nosso estudo é a Operação *Eastern Exit*²⁸, que ocorreu nos dias 5 e 6 de janeiro de 1991, em Mogadíscio, na Somália. A operação ocorreu durante a Operação *Desert Shield*²⁹ e apenas 2 semanas antes do lançamento da Operação *Desert Storm*³⁰, ambas durante a Guerra do Golfo, no Iraque. Isso

²⁷ No original: “*Trying more attractive options may result in execution decision being delayed until a worse case situation has developed*”.

²⁸ Saída Oriental, tradução do autor.

²⁹ Escudo do Deserto, tradução do autor.

³⁰ Tempestade no Deserto, tradução do autor.

criou algumas complicações. As forças militares no teatro estavam concentradas no Golfo Pérsico e na preparação para uma grande operação (DIXON, 2017).

Diferentemente do que ocorreu no Vietnã, desta vez, maioria dos ocidentais fugiu da Somália no final de dezembro de 1990, devido à violenta anarquia causada pela guerra civil. Porém, o Embaixador e alguns funcionários da Embaixada permaneceram, na esperança de um cessar-fogo mediado pela Itália. À medida que a situação se tornou irreversível, o Embaixador solicitou a evacuação com apoio militar (DIXON, 2017).

Confusão e falhas de comunicação marcaram a ocasião e causaram problemas durante a operação. O Comando Operativo que foi encarregado de executar a OpENC não estava monitorando eventos na Somália. A Força Naval estava relutante em comprometer forças, pois havia realizado a operação anterior, na Libéria, e esta havia se transformado de uma OpENC para um prolongado reforço militar da Embaixada (DIXON, 2017).

A ForTarAnf designada para esta operação era composta por apenas 2 navios anfíbios. A falta de foco era tal, que foi relatado, em determinada ocasião, uma determinação do Comandante da Força-Tarefa Anfíbia (ComForTarAnf) para que os navios reduzissem a velocidade para economia de combustível e os FN foram instruídos a não abrir as caixas de munições para facilitar a posterior devolução no paiol (DIXON, 2017).

O PEE da embaixada estadunidense previa a evacuação pelo aeroporto de Mogadíscio, porém, em 2 de janeiro, bandos itinerantes de milicianos e danos nas pistas fecharam o aeroporto. As tentativas de evacuação de asa fixa pelos alemães, italianos e franceses também falharam. A essa altura, já não era mais possível a evacuação pelo porto e a área nas proximidades da Embaixada estava se deteriorando rapidamente, o que comprometia a segurança. Para agravar mais ainda a situação, diversos diplomatas estrangeiros começaram a se abrigar na Embaixada dos EUA (DIXON, 2017).

A falta de preparo para a operação era tamanha que as aeronaves utilizavam mapas de Mogadíscio de 1969, que não mostravam a localização correta da Embaixada, pois mudou sua localização durante a década de 1980. As aeronaves tiveram que circular pela cidade por cerca de 20 minutos, procurando o objetivo marcado apenas por um fuzileiro agitando um lençol. Com o atraso, os helicópteros chegaram à Embaixada quando gangues de saqueadores estavam prestes a romper os muros e foram necessários mais alguns minutos para limpar a área para pouso (DIXON, 2017).

A evacuação ocorreu sob tiros e o Centro de Controle de Evacuados³¹ (CCE) não foi estabelecido em terra. Também, não foi realizada uma triagem eficiente na Área de Reunião de Evacuados³² (ARE), resultando em um diplomata estrangeiro quase chegando a bordo com uma arma carregada. O resultado da operação foi a evacuação de 281 pessoas de 30 Estados (DIXON, 2017).

Essa operação nos apresentou outras lições que devemos aprender para execução, com sucesso, de uma OpENC, quais sejam: a falta de um GpAvç no país anfitrião, impediu o estabelecimento correto das comunicações, a atualização da situação vigente no país anfitrião, a ligação com a missão diplomática e o levantamento das ameaças reais e potenciais; e o estabelecimento de uma ARE ineficiente, que quase não foi capaz de impedir a entrada de um evacuado a bordo portando armamento. Outra vez notamos o atraso na solicitação de apoio militar como um ponto que prejudicou da operação.

Os EUA não foi a única nação a executar uma OpENC. Conforme relatos colhidos no site *Association for Diplomatic Studies & Training*³³ (2014), os franceses enviaram um navio para costa da Somália e tentaram carregar parte de seu pessoal da Embaixada em vários pequenos barcos na praia. Porém, o navio tinha que se aproximar muito da praia e essa ação

³¹ O CCE é a área onde se realiza o processamento dos evacuados em uma operação de ENC (BRASIL, 2008).

³² A ARE é área onde é realizada a concentração e triagem inicial dos evacuados que, posteriormente, serão enviados ao CCE (BRASIL, 2008).

³³ Disponível em: < <https://adst.org/2014/01/evacuating-somalia/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

não foi bem aceita pelo país anfitrião, pois um Almirante da Marinha da Somália ameaçou afundar o navio francês por ter invadido as águas soberanas.

A evacuação ocorrida no Líbano, em 2006, é outro evento histórico bem interessante de ser estudado, mesmo não tendo evacuado a quantidade de não combatentes da operação realizada no Vietnã, ela desencadeou uma das maiores OpENC multinacionais da história recente.

Em 12 de julho de 2006, Israel invadiu o Líbano, em represália aos ataques do grupo Hezbollah³⁴. As FA israelenses bombardearam estradas, pontes e aeroportos, bloquearam portos, cortaram energia e interromperam os serviços de telefonia móvel, o que criou um clima de pânico. A imprevisibilidade do evento e a escala sobrecarregaram a capacidade da Embaixada de gerenciar a evacuação. Milhares de estrangeiros estavam efetivamente presos nessa zona de guerra e precisavam de apoio imediato do Estado de origem para ajudá-los a saírem do Líbano.

O Departamento de Estado Norte-americano solicitou apoio do *Departamento de Defesa*³⁵ (DOD), em 14 de julho, e, dois dias depois, foi iniciada uma extração apenas por helicópteros. Durante a operação, os EUA evacuaram cerca de 15.000 nacionais. Porém, outros Estados também tiveram que evacuar seus cidadãos: Canadá (15.000), França (14.000), Suécia (8.400), Alemanha (6.300), Austrália (5.000), Dinamarca (5.800), Reino Unido (4.600) e Brasil (2.950). O grande número de evacuados e a amplitude dos Estados envolvidos refletem a globalização e a crescente mobilidade populacional (DIXON, 2017).

Estados como Brasil, Islândia, Dinamarca, Irlanda, Noruega, Filipinas, Romênia e Rússia realizaram a evacuação por terra, seguida de transporte comercial aéreo, a partir de Estados vizinhos ao Líbano, diferentemente dos EUA, que veremos a seguir. As complexidades

³⁴ O Hezbollah é uma organização política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita sediada no Líbano.

³⁵ O DOD é o responsável pela coordenação e supervisão de todas as agências e funções do governo relativos diretamente com a segurança nacional e com as suas forças armadas.

logísticas e distâncias pequenas envolvidas foram os fatores de força na tomada de decisão da evacuação por terra de determinados Estados (SANTOS, 2008).

Os EUA, inicialmente, não possuíam navios da Marinha no leste do Mediterrâneo e a *Marine Expeditionary Unit*³⁶ (MEU) mais próxima estava no Mar Vermelho, cerca de 6 dias de distância da Área de Operações³⁷ (AOp). O transporte aéreo era inexecutável, devido à grande demanda das operações que ocorriam no Iraque e no Afeganistão. Não restavam muitas opções a não ser o *United States Transportation Command*³⁸ (USTRANSCOM) contratar um navio comercial de passageiros para transportar os evacuados de Beirute para Chipre. A evacuação ocorreu no período de 19 e 25 de julho, tendo a maioria dos estadunidenses evacuados pelo mar (DIXON, 2017).

A Embaixada e o Departamento de Estado dos EUA enfrentaram desafios de coordenação gigantescos. A tentativa de evacuação com aeronaves e navios comerciais disputava a concorrência direta com outros Estados, que também estavam evacuando seus respectivos nacionais (DIXON, 2017).

Esta operação foi um expressivo desafio logístico, mesmo para os EUA, pois o Chipre foi utilizado como apoio por vários outros Estados ocidentais e, para piorar, a região estava no auge da temporada turística. Todos os hotéis, serviços de bufê e transporte terrestre estavam sobrecarregados. O DOD teve que construir um acampamento de emergência e trazer forças e logística adicionais para suporte à vida. Para piorar esta situação, os evacuados dos EUA chegaram ao Chipre mais rápido do que Washington foi capaz de fretar os voos para levá-los de volta para casa, o que forçou o DOD a também gerenciar as repatriações (DIXON, 2017).

³⁶ A MEU é uma força de reação rápida do USMC, posicionada e pronta para responder imediatamente a qualquer crise.

³⁷ A AOp é, para fins deste trabalho, um espaço geográfico necessário à condução de operações militares (BRASIL, 2015).

³⁸ O USTRANSCOM é um comando de combate funcional e unificado que fornece suporte aos dez outros comandos de combate dos EUA, serviços militares, agências de defesa e outras organizações governamentais.

Ainda diante da operação de evacuação do Líbano, em 2006, existiram Estados que optaram pela evacuação por meio da Força Aérea e Marinha de Guerra de Estados amigos, mediante solicitação de ajuda. Entre eles estão o Canadá, a Austrália, assim como o próprio EUA, que usou um modelo híbrido (SANTOS, 2008).

Diante do exposto nesta parte do trabalho, observamos que o maior desafio da evacuação do Líbano, em 2006, foi o desafio de coordenação logística, até mesmo para a uma potência mundial e com expertise de outras tantas OpENC como os EUA. Também, ficou latente a realidade de uma OpENC no mundo globalizado, que quando ela se fizer necessária será imediata e, provavelmente, não haverá só um Estado executando, assim será necessário um esforço de coordenação multinacional. Outra lição importante é que os meios comerciais podem não ser suficientes ou, dependendo do risco envolvido, não poderão se fazer presentes. Desta forma, é imprescindível que o Brasil possua as FA com capacidade de realizar este tipo de operação.

Como visto nos capítulos anteriores, as OpENC não se fazem necessárias apenas em situações de instabilidade política e econômica que possam evoluir para o caos social, podem, também, ser executadas em caso de catástrofes ocasionadas por fenômenos naturais que impeçam os cidadãos de regressarem por meios convencionais de transporte. O exemplo de uma operação realizada ao longo da história, que se enquadra neste contexto, é a Operação *Pacific Passage*, executada pelos EUA. Nela, o DOD autorizou a evacuação de militares voluntários, seus familiares e animais de estimação, após o grande terremoto no Japão, em 11 de março de 2011. Foram evacuados cerca de 7.800 não combatentes. Esta foi uma operação executada, exclusivamente, pelo DOD, sendo a única OpENC sem a participação do Departamento de Estado dos EUA (DIXON, 2017).

Embora tenha sido concluída com êxito, foi verificada, durante a operação, falhas graves no sistema de cadastramento. O banco de dados de computador do DOD, usado para

rastrear evacuações não-combatentes, não fazia interface com o sistema de manifestação de passageiros usado pelo *Air Mobility Command*, responsável por fornecer mobilidade aérea global, desempenhando o fornecimento de apoio humanitário para os militares estadunidenses (DIXON, 2017).

Apesar da falha ter sido particular do sistema usado pelos EUA, neste trabalho acadêmico, cabem extrapolações que nos levam as seguintes perguntas: O Brasil possui um sistema que realize este tipo de processamento? O sistema é eficaz³⁹ e eficiente⁴⁰? Este inclui todos os campos necessários para realização do desembarço aduaneiro?

Após estudo das operações realizadas pelos EUA no campo da ENC, apresentaremos a evacuação que o Brasil realizou na Líbia, com militares do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

³⁹ A eficácia para efeito deste trabalho servirá para medir a relação entre o efeito da ação, e os objetivos pretendidos.

⁴⁰ A eficiência para efeitos deste trabalho será utilizada para referenciar a relação entre os resultados obtidos e os recursos empregados.

4 A EVACUAÇÃO DA EMBAIXADA BRASILEIRA NA LÍBIA

Neste capítulo, abordaremos o contexto histórico que culminou na execução da evacuação realizada pelo Destacamento de Segurança da Embaixada do Brasil na Líbia, assim como apresentaremos uma das possibilidades existentes para apoio à esta operação e outra que poderiam ter sido adotadas. Aqui, cabe ressaltar que a evacuação não se enquadra no contexto das OpENC, porém, o que fez o estudo dela passar a ser interessante para o nosso trabalho é a Linha de Ação (LA) que vamos sugerir ao final do capítulo, que está exatamente dentro do objeto estudado.

Sob a influência das revoltas na Tunísia, em fevereiro de 2011, teve início a Guerra Civil na Líbia com uma série de protestos da população contra o ditador Muammar al-Gaddafi, com reivindicações sociais e políticas. Essa revolta foi, duramente, reprimida pelas autoridades locais e, por isso, foi conhecida como a mais sangrenta da Primavera Árabe⁴¹ (MUNIZ, 2014).

Após pressões da comunidade internacional em torno das questões humanitárias, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas⁴² (CSONU) aprovou a Resolução 1973 que autoriza o uso da força na Líbia, com base no Capítulo VII da Carta da Organização das Nações Unidas⁴³ (ONU). A Resolução foi aprovada por 10 votos a favor, nenhum contra e 5 abstenções - da Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia. Com esta decisão, a ONU resolveu intervir no conflito a favor das forças rebeldes. Em agosto de 2011, tropas rebeldes conquistaram, com apoio militar da ONU, Trípoli, a capital da Líbia. Na cidade de Sirte, após

⁴¹ A Primavera Árabe foi uma onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano, em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida.

⁴² O CSONU é um órgão da Organização das Nações Unidas cujo mandato é zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional. Ele é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos da América, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos.

⁴³ A ONU é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

duro confronto, as forças conseguiram capturar Gaddafi, que foi morto em um ato filmado e veiculado na internet (OLIVEIRA, 2014).

Com a morte do ditador líbio, vários grupos étnicos, políticos e religiosos iniciam uma disputa pelo poder. Após breve período de calmaria, reiniciou a instabilidade política, sendo o problema mais grave a degradação da segurança, que impedia o desenvolvimento e consolidação de um novo governo.

Por conta de necessidade no reforço da segurança da Embaixada Brasileira, em Trípoli, em 12 de dezembro de 2013, chega à cidade o primeiro Destacamento de Segurança de Embaixada, formado por militares do CFN da MB. O destacamento tinha a finalidade de prover a segurança pessoal do Embaixador, dos demais funcionários diplomáticos e administrativos, assim como da residência oficial e da chancelaria. A segurança ocorria diuturnamente, a fim de possibilitar ao diplomata brasileiro os deslocamentos, participação em reuniões e eventos oficiais, fazendo com que a Embaixada na Líbia continuasse o funcionamento normal, a despeito da grave crise na segurança local (MUNIZ, 2014).

Em de julho de 2014, teve início um grande confronto entre as duas principais milícias locais, para o controle do aeroporto internacional de Trípoli, o que logo agravou ainda mais a situação de segurança na cidade sede da embaixada brasileira. Em decorrência dos conflitos e do fechamento do aeroporto, houve uma série de evacuações realizadas por diversas representações diplomáticas na Líbia (MUNIZ, 2014).

O Governo Brasileiro optou pela evacuação por terra, para Tunísia, Estado vizinho da Líbia, e a escolta do comboio foi realizada por nove Fuzileiros Navais componentes do Destacamento de Segurança da Embaixada. A primeira LA prevista no PEE da Líbia era via Aeroporto Internacional de Trípoli, porém, após a ocupação da milícia, esta opção passou a não ser mais válida. A evacuação demorou menos de dois dias, da tomada de decisão até seu início.

Além do Embaixador, foram evacuados um funcionário do MRE e um motorista local (MUNIZ, 2014).

Como relatado pelo Capitão de Corveta (FN) ALESSANDRO, Chefe do Destacamento de Segurança da Embaixada na Líbia, em seu artigo escrito para Revista Âncoras e Fuzis nº 45, os momentos foram angustiantes, mas conduzidos de forma rápida e organizada. No trecho entre Trípoli e Ras Ejder, na Tunísia, foram cerca de 160 km com pontos de controle, onde não se sabia quem estava comandando e quais eram as suas intenções. Este foi o trecho mais tenso da viagem. Após passagem pela fronteira, o comboio parou em Djerba, na Tunísia, onde pernitoou. No dia seguinte, a evacuação foi concluída com a chegada na Embaixada do Brasil na Tunísia (MUNIZ, 2014).

Além do Brasil, outros Estados também evacuaram seus nacionais como EUA, França, Reino Unido, China, entre outros. Alguns Estados realizaram a evacuação por terra, como o Brasil, já outros utilizaram meios aéreos e navais.

Após análise da situação, cabem os seguintes questionamentos: Quais opções o Brasil possuía para evacuação de seus cidadãos? Era possível a realização de uma OpENC? O que era necessário para execução deste tipo de operação?

Com as lições aprendidas nas OpENC realizadas em 2006, no Líbano, é comum que vários estados realizem acordos multinacionais para apoio à evacuação. O total de evacuados nesta missão eram de 12 pessoas, assim, acredita-se que seria simples conseguir o apoio de outro Estado para retirada deste quantitativo.

Outra opção, que se enquadraria em nossas OpENC, por projetar o poder sobre terra, seria a utilização da Fragata “Independência” (F44), navio de guerra da MB, que estava realizando a Operação Líbano IX e compondo a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), onde atuava como Navio Capitânia⁴⁴ da operação.

⁴⁴ O Navio Capitânia é o Navio que sedia o comando de uma força naval (BRASIL, 2015).

A belonave brasileira encontrava-se em área marítima próxima a AOp, cerca de um dia e meio de viagem de Trípoli. Possuía, ainda, como aeronave orgânica, um Helicóptero de Esclarecimento e Ataque, Super Lynx (AH-11A), além de um grupo de Fuzileiros Navais (FN) embarcados. Neste momento, cabe a ressalva que o navio, a aeronave e os FN já possuem planos de ENC estabelecidos para o Líbano, desta forma, entende-se que já estão prontos para esse tipo de missão, tendo apenas que se adaptar para uma operação na Líbia.

A fim de aplicar o navio na OpENC da Embaixada brasileira na Líbia, seria necessário que a MB solicitasse autorização via MD, que encaminharia ao MRE e este a ONU, visto que a FTM-UNIFIL é uma Força-Tarefa daquela organização e para o destaque careceria de tal autorização. Cabe, ainda, esclarecer que tal autorização era comum de ser emitida pela ONU, visto que sempre o navio brasileiro carece de abastecimento fora do porto de Beirut (Líbano) e, por conseguinte fora da AOp destinada a FTM-UNIFIL, a organização emite tal autorização, entende-se, portanto, que não seria um empecilho que o Brasil utilizasse seu navio para defesa dos seus cidadãos na Líbia. Por fim, para o cumprimento da missão, aeronave embarcada faria o transporte dos 12 evacuados e a parcela do grupo de FN faria a segurança da missão.

Após evacuação, a F44 poderia desembarcar os não combatentes em algum local de apoio, de onde retornariam em segurança para o Brasil, e o navio retornaria para a AOp da FTM-UNIFIL. Na parte legal, devido a OpENC revestir-se de forte caráter político, decorrente das suscetibilidades das relações internacionais, deveria ser conduzida tratativas entre o Brasil e a Líbia em todos os níveis, pelo MRE em estreita coordenação com o MD para que o navio pudesse utilizar a sua aeronave orgânica para transporte de seu pessoal.

Respondendo as perguntas propostas anteriormente, o Brasil poderia solicitar auxílio a outros estados que realizavam a evacuação de seus respectivos nacionais ou até utilizar a F44, mediante autorização da ONU e um acerto com o governo líbio para pouso do Lince na

evacuação do pessoal. Esta última opção, por projetar poder sobre terra, se enquadraria como uma OpENC.

Adiante, analisaremos Estados do entorno estratégico brasileiro, extrairemos destes um que está passando por crises econômicas ou políticas, com possibilidade de evolução para o caos social, e formularemos a possibilidade de emprego da MB em uma OpENC para retirada de nacionais. O quantitativo de nacionais será extraído da última tabela disponível no site do MRE (BRASIL, 2020d).

5 POSSIBILIDADES DE EMPREGO REAL

Partindo do pressuposto que nosso estudo está limitado ao entorno estratégico brasileiro e corroborando com os estudos de Ferreira (2014), já citados em capítulos anteriores, em que pese termos Estados na América do Sul passando por crises político-econômicas com possibilidade concreta de evolução para o caos social ou, até mesmo, nele já inseridos, avaliaremos, aqui, alguns Estados da costa da África Ocidental. O motivo de nossa escolha é a baixa probabilidade de aplicação da MB em OpENC na América do Sul, sendo o mais provável que, em caso de tal necessidade, sejam utilizados o EB ou a FAB.

Ao analisarmos os Estados da costa oeste da África Subsaariana, nos deparamos com outra escolha difícil, pois os Estados da região, em geral, enfrentam as crises que seriam o foco de nosso estudo. Dessa forma, utilizaremos outro parâmetro para nossa tomada de decisão, as relações econômicas brasileiras com o Estado escolhido, pois, possivelmente, refletem o número de empresas nacionais com negócios nessa região e, com isso, infere-se que o número de brasileiros no Estado seria expressivo.

A Nigéria é uma escolha, aparentemente óbvia, e visto que é a maior economia e o Estados mais populoso da África, com um Produto Interno Bruto (PIB) próximo a US\$ 400 bilhões. Em 2018, o Brasil exportou para a Nigéria cerca de \$ 718 milhões de dólares (0,3% do total de exportações brasileiras) e importou de Abuja \$ 1,48 bilhões de dólares (0,86% do total de importações brasileiras). O Estado é o único da África Ocidental com o qual o Brasil mantém mecanismo de diálogo estratégico, com grupos de trabalho bilaterais nas áreas de agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento agrário; temas consulares e jurídicos; defesa; e comércio e investimentos, entre outros (BRASIL, 2020f).

Por outro lado, em 2019, a Nigéria adotou uma postura comercial temerária e cada vez mais protecionista. Também, no mesmo ano, determinou o fechamento unilateral de suas

fronteiras terrestres, na tentativa de conter o contrabando ilegal de mercadorias dentro e fora do Estado. Os desafios de segurança no Estado são enormes, o Boko Haram⁴⁵ e o Estado Islâmico da África Ocidental⁴⁶ continuam a realizar ataques em áreas do norte da Nigéria, enquanto o conflito entre os pastores nômades e os agricultores da região do Cinturão Médio continua a ser uma ameaça à segurança e à produção agrícola (texto base de análise realizada pela empresa MARSH ..., 2020)⁴⁷.

Outro problema grave enfrentado por Abuja e que afeta todo o Golfo da Guiné é a pirataria e o crime nas suas águas e arredores. Muitos dos piratas do Golfo da Guiné são oriundos de grupos militarizados da região do Delta do Níger. No passado, foi oferecido um acordo de anistia, em que o grupo trocava as armas por um aporte financeiro mensal e treinamento de emprego. Porém, a anistia que terminaria em 2015 alcançou resultados controversos. Em uma área rica na produção de petróleo, com extensos danos ambientais e poucas oportunidades de emprego, o roubo deste produto provou ser uma fonte confiável de renda para muitos jovens⁴⁸.

Como vimos, a Nigéria tem problemas graves de contrabando, pirataria, além de corrupção governamental e passou a ser rota do tráfico de drogas América do Sul para Europa. O surgimento do coronavírus⁴⁹ (COVID-19) e o distanciamento social, indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medida de contenção ao vírus, provavelmente, ocasionará uma crise econômica, evoluindo para desemprego em massa. Todos os problemas apresentados podem servir de base para o fortalecimento dos grupos extremistas e criminosos,

⁴⁵ O Boko Haram é um dos maiores e mais perigosos grupos terroristas da atualidade. Sua área de atuação é a Nigéria e regiões de entorno.

⁴⁶ O Estado Islâmico na África Ocidental é um grupo terrorista jihadista que atua em insurreições no nordeste da Nigéria, no sudeste do Níger e no extremo norte dos Camarões.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.marsh.com/br/insights/research/political-risk-map-2020.html>>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ O COVID-19 é uma doença altamente infecciosa causada por um coronavírus descoberto em dezembro de 2019 na China.

já existentes, e conseqüente evolução para o caos social, ambiente onde a OpENC pode vir a ser a salvação de nossos nacionais residentes na região. Sabendo-se disso, a MB tem condições de realizar a OpENC na situação que ela se encontra hoje?

Primeiramente, Brasil e Nigéria possuem, como apresentado neste capítulo, historicamente, boas relações, assim, espera-se que as tratativas diplomáticas sejam facilitadas.

Em relação aos meios expedicionários, disse ZUCCARO et al. (2002):

Quanto aos meios de fuzileiros navais, a Marinha mantém uma força pronta de valor Unidade Anfíbia (UANf), que possui os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento das tarefas em terra. As maiores limitações para a execução desta operação são logísticas, particularmente, no que tange à manutenção do fluxo de suprimento para a AOA.

Apesar da citação anterior ter sido realizada a 18 anos (2002-2020), ela é bastante parecida com o que encontramos nos dias atuais, já analisando o emprego de meios navais da Esquadra, a realidade é um pouco diferente. O Brasil possui três navios com capacidade anfíbia: o Porta-Helicópteros Multipropósito “Atlântico” (A140), o Navio Doca Multipropósito “Bahia” (G40) e o Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Saboia” (G25). A aplicação de um ou mais destes dependerá da quantidade de evacuados, No caso específico nigeriano, consideraremos os dados obtidos no MRE, referente a quantidade de brasileiros no Estado em 2015, cerca de 170, assim, qualquer um dos navios mencionados cumpriria a missão (BRASIL, 2020d). Para escoltar os Navios anfíbios, a Esquadra possui cinco Fragatas Classe Niterói (FCN), uma Corveta Classe Barroso (CCB), uma Corveta Classe Inhaúma (CCI) e duas Fragatas Classe Greenhalgh (FCG).

A distância entre o porto do Rio de Janeiro e o Porto de Lagos, Nigéria, é cerca de 3.250 MN, com uma velocidade média dos navios de 15 nós, a ForTarAnf, após acionada, demoraria cerca de 9,0 dias para chegar a AOp. O período de nove dias é excessivo, assim, duas ações seriam fundamentais para o sucesso da missão, a primeira é agilidade na solicitação de apoio pelo Embaixador, para não incidirmos nos erros demonstrados historicamente nos capítulos anteriores, e a segunda é a proatividade do MD e MB em, sabendo da existência de

uma crise desse nível, deslocar a força naval com antecedência para as proximidades da AOp, a fim de diminuir o tempo entre o acionamento e a chegada dos navios.

Ainda tratando do fator tempo distância, a força naval poderá encontrar outro desafio, a autonomia. Neste ponto, encontramos nosso segundo obstáculo para o emprego dos meios navais, a necessidade de um Navio-Tanque ou com capacidade para reabastecer outro navio, para podermos empregar, na missão, as CCB e CCI. Desta forma, resta-nos o G40 como o navio anfíbio mais indicado para emprego, pela sua capacidade de fornecer combustível para os navios escolta.

Para os meios aeronavais, a análise seria mais simples, considerando as aeronaves, atualmente, empregados na MB. Para a evacuação helitransportada, utilizaríamos três aeronaves Super Cougar (UH-15), helicópteros de porte médio, operando do G40 e, para segurança do movimento helitransportado, empregariamos os Helicópteros de Esclarecimento e Ataque, Super Lynx (AH-11A/B), embarcados nos escoltas.

Apresentadas todas as considerações sobre a capacidade de emprego da MB em uma OpENC, para retirada de 170 nacionais na Nigéria, em caso de crise que evolua para o caos social, a resposta é positiva, a MB tem condições de realizar tal operação com os meios atuais, porém, cabem as seguintes considerações:

- 1) Para tornar a missão mais eficiente, faz-se necessário que o Chefe da Missão Diplomática do Brasil na Nigéria aja de forma rápida para o acionamento da necessidade de apoio militar, junto ao MRE. Tal ação pode permitir ao MD e a MB se antever aos fatos subsequentes e deslocar a força naval para as proximidades da AOp e aguardar a decisão do nível político, diminuindo, consideravelmente, o tempo entre a formalização da necessidade e a chegada na área para evacuação dos brasileiros;

- 2) O fato da MB ter capacidade de realizar os movimentos helitransportados apenas com aeronaves de médio porte, aliada a defasagem tecnológica dos equipamentos de comunicações, acarreta em uma exposição desnecessária da força, em área muito próxima a costa, e por tempo excessivo. As Operações Anfíbias modernas já utilizam o conceito de serem realizadas além do horizonte, realizando o desembarque de tropa a uma distância superior ao alcance visual e do radar, maior que 25 milhas (BIERLY e SEAL, 2019). Esse conceito é muito mais amplo e exige um estudo específico voltado apenas para ele, não sendo o foco desta dissertação. Assim, a apresentação do tema de Operações Anfíbias além do Horizonte servirá de base somente para concluirmos o quão defasados podem estar nossa doutrina, meios e equipamentos;
- 3) Ainda focado na missão na Nigéria, o PEE não foi encontrado, facilmente, pelo público e não foi possível ter acesso a quantidade de brasileiros presentes na área atualizado. Cabe a Missão Diplomática a confecção, caso ainda não exista, do PEE na sua página oficial, como no exemplo da Embaixada do Brasil em Reide. A posse do cadastro dos brasileiros na Nigéria atualizados também é de sua importância; e
- 4) Normalmente, as OpENC não ocorrem de maneira isolada. Quando o país anfitrião enfrenta forte crise ou desastre natural que evolua para o caos social, isso afeta a todos que residem na área, e diversas representações diplomáticas também solicitarão aos Estados sede as evacuações de seus nacionais. O que isso afeta nossa missão? Como fator de fraqueza a Força-Tarefa carecerá de uma intensa coordenação com as forças dos outros Estados, a fim de evitar a interferência mútua e o fator de força é a possibilidade de apoio em áreas que nossa força naval apresenta mais deficiência, como exemplo a parte logística,

onde teríamos apenas o G40 como meio reabastecedor dos escoltas, e com limitações.

6 CONCLUSÃO

No transcurso desta dissertação apresentamos os principais conceitos teóricos e doutrinários, em que pudemos aprender que uma OpENC, na MB, é uma atividade de emprego limitado da força, conduzida com propósito de evacuar pessoal civil, preferencialmente de nacionalidade brasileira, para um LDS. É uma operação que se inicia com uma demanda do campo diplomático e quando posicionamos as OpENC no triângulo do uso do mar de Eric Grove pudemos comprovar o nível de complexidade desse tipo de operação. Ainda pudemos constatar, como previsto na END, que as FA devem atuar para assegurar os interesses do Estado brasileiro e a integridade física e psicológica de seus nacionais, daí a importância de possuírem a capacidade de realizar dentre outras operações a OpENC.

Após absorção desses conceitos listados em nosso segundo capítulo ficou simples identificarmos e compreendermos porque o CGCFN introduziu os conceitos de OpENC na MB. Ainda, ao estudarmos as operações realizadas ao longo da história norte-americana, pudemos observar as falhas e evoluções de sua doutrina, cujo as mais significativas são: a demora do campo diplomático em solicitar apoio ao campo militar, fato que reduz significativamente o número de opções para realização desse tipo de operação; a importância da atuação do GpAvç como elo de ligação entre o campo diplomático e o militar, reduzindo os problemas de comunicação e atualizando as informações do país anfitrião, permitindo um adequado planejamento; e que, geralmente, não executaremos este tipo de operação sozinhos, existirão outros Estados executando e, em que pese exigir mais do nível de coordenação da força, a existência de outras FA executando a mesma operação pode permitir o apoio mútuo.

Seguindo com nosso estudo apresentamos a operação de evacuação da embaixada brasileira na Líbia realizada por militares do CFN. Esta operação não é caracterizada na MB como uma OpENC, mas foi importante no trabalho por ser uma operação realizada por militares

da MB e possibilitar a análise de uma opção de aplicação do conjugado anfíbio, mesmo não tendo sido a linha de ação adotada pelo Brasil.

Finalmente, com conceitos amadurecidos e exemplos históricos lembrados, formulamos uma hipótese de emprego, em que avaliamos que a MB seria a FS mais apropriada para executar a OpENC em um país do entorno estratégico brasileiro. A análise dessa possibilidade de emprego permitiu-nos identificar possíveis dificuldades e oportunidade de evolução de nossa doutrina. No campo das dificuldades observamos a deficiência de permanência, com a restrição de um Navio-Tanque, assim como falta de uma aeronave com maior capacidade de transporte e equipamentos de comunicações mais eficientes, fazendo com que a força fique exposta por mais tempo, nas proximidades da costa do país anfitrião. No aspecto doutrinário vimos a existência de um novo conceito, as OpAnf OTH, que nossa marinha ainda não possui a capacidade de realizar.

Dessa forma, fica claro que as OpENC são de suma importância no cenário atual, possibilitando ao Estado que possui essa capacidade defender os seus interesses e seus cidadãos em uma país anfitrião onde o caos pode ter sido instaurado seja pela desestabilização político-econômica ou por desastre natural. Em que pese conseguirmos certificar a capacidade da MB realizar uma OpENC no entorno estratégico brasileiro, observamos limitações, principalmente no campo logístico. Assim acreditamos termos atingido os objetivos deste estudo.

Por fim, na opinião deste autor existem algumas oportunidades de melhorias factíveis. Para o campo diplomático, a falta de divulgação do PEE pode trazer sérias dificuldades para as FA executarem as OpENC. Já sobre a atualização da base de dados de nacionais residentes no país anfitrião ou em trânsito, não pudemos tecer nenhuma opinião, pois não encontramos os dados disponíveis, mas entendemos que a atualização desses dados também é essencial para o sucesso da operação. Para a MB também existem oportunidades de melhoras, com: estudo das OpAnf OTH, vislumbrando uma evolução doutrinária; estudo para aquisição

de um novo Navio-Tanque, melhorando as capacidade de permanência da força; estudo para aquisição de aeronaves com maior capacidade de transporte como o CH-47 *Chinook* ou V-22 *Osprey*, utilizados pelos EUA, o que diminuiria o tempo de exposição da força; e até a melhoria dos equipamentos de comunicação, possibilitando a manutenção de um Comando e Controle mais distante da costa.

REFERÊNCIAS

BIERLY, Jerome F.; SEAL, Thomas E. Over-The-Horizon Amphibious Operations. *Marine Corps Association Foundation*. 07 ago. 2019. Disponível em: <<https://mca-marines.org/gazette/over-the-horizon-amphibious-operations/>>. Acesso em 26 de jun. de 2020.

BRASIL. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-I-II: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, RJ: CGCFN, 2008. 85p.

_____. Congresso Nacional. Decreto Legislativo n. 179, de 14 de dezembro de 2018. *Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

_____. Estado Maior da Armada. *EMA-135: Manual de Direito Internacional aplicado às Operações Navais*. Brasília, DF: EMA, 2017a. 177p.

_____. Estado Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF: EMA, 2017b. 137p.

_____. Marinha do Brasil. *Política Naval*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/politicanaval_site.zip>. Acesso em 06 de jun. de 2020a.

_____. Ministério da Defesa. *MD33-M-08: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Brasília, DF: MD, 2020b. 70p.

_____. Ministério da Defesa. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. Brasília, DF: MD, 2015. 292p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Assistência aos brasileiros no exterior*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19364-assistencia-aos-brasileiros-no-exterior#II.2>>. Acesso em 02 de jun. de 2020c.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Estimativas RCN 2015*. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>>. Acesso em 02 de jun. de 2020d.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Plano de Emergência da Embaixada (PEE) da Embaixada do Brasil em Riade*. Disponível em: <http://riade.itamaraty.gov.br/pt-br/plano_de_emergencia.xml>. Acesso em 02 de jun. de 2020e.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *República Federal da Nigéria*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5602-republica-federal-da-nigeria>>. Acesso em 24 de jun. de 2020f.

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1988 *apud* RODRIGUES, José Emílio de Oliveira. *O Legado das Operações Anfíbias. O Anfíbio*. Rio de Janeiro, RJ, n. 42, p. 9, 2011.

DIXON, George K. *The Need for a Joint Support Element in Noncombatant Evacuation Operations*. *National Defense University Press*, Washington, DC, 1 abr. 2017. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Media/News/Article/1130662/the-need-for-a-joint-support-element-in-noncombatant-evacuation-operations/>>. Acesso em 21 de jun. de 2020.

Evacuating Somalia. *Association for Diplomatic Studies & Training*. 2014. Disponível em: <<https://adst.org/2014/01/evacuating-somalia/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

FERREIRA, Renato Rangel. *Amazônia Azul: espaço de batalha para os combatentes anfíbios. O Anfíbio*. Rio de Janeiro, RJ, ano XXIV, n. 23, p. 95-104, 2004.

FERREIRA, Renato Rangel. *Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul. Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, RJ, n. 45, p. 11-17, 2014.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

French and British nationals evacuated from Libya. *Deutsche Welle*. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/french-and-british-nationals-evacuated-from-libya/a-17822240>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

Fundamental Security Challenges Nigeria Must Face, Part 7: Maritime Security. *Africa Center for Strategic Studies*. 27 mai. 2015. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/fundamental-security-challenges-nigeria-must-face-part-7-maritime-security/>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

GROVE, Eric. *The future of sea power*. Annapolis: Naval Institute Press, 1990. 280p.

HART, B. H. Liddel. *The value of amphibious flexibility and forces*. Selected Readings United States Marine Corps, Newport, 17 ago. p. 483-492, 1983 *apud* RODRIGUES, José Emílio de Oliveira. *O Legado das Operações Anfíbias. O Anfíbio*. Rio de Janeiro, RJ, n. 42, p. 8, 2011.

Hundreds of Chinese evacuated from Libya amid growing violence. *ABC News*. 2 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.abc.net.au/news/2014-08-03/chinese-evacuated-from-libya-as-violence-escalates/5643780>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

LAGE, Rogério Ramos. *Projeção Anfíbia. Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, RJ, n. 42, p. 13-16, 2011.

Mapa de Risco Político 2020: Tensões comerciais ameaçam a estabilidade política. *Marsh JLT Specialty*. 2020. Disponível em: <<https://www.marsh.com/br/insights/research/political-risk-map-2020.html>>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

MUNIZ, Alessandro Dias dos Santos. *A evacuação da Embaixada Brasileira na Líbia. Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, RJ, n. 45, p. 50-52, 2014.

OHLIS, Gary J. EASTERN EXIT - Rescue "... From the Sea". *Naval War College Review*. v. 61, n. 4, p. 124-148, 2008. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1984&context=nwc-review>>. Acesso em 07 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe. *BJIR*, Marília, v. 4, n. 3, p. 670-693, set/dez, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.20424/2237-7743/bjir.v4n3p670-693>. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3540/3894>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

RODRIGUES, José Emílio de Oliveira. O Legado das Operações Anfíbias. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro, RJ, n. 42, p. 1-11, 2011.

Royal Navy evacuates Britons from Libya amid fierce fighting. *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/aug/03/royal-navy-libya-rescue-uk-nationals-tripoli>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

SANTOS, Marcelo Conde dos. *LÍBANO 2006: uma tendência de emprego do Poder Naval em Operações de Evacuação de Não-Combatentes*. Rio de Janeiro, 2008. 35p. Monografia (Curso Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008. [Orientador: CF (FN) Alexandre RICCIARDI dos Reis].

STARR, Barbara; STERLING, Joe; ANSARI, Azadeh. U.S. Embassy in Libya evacuates personnel. *CNN*. 27 jul. 2014. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2014/07/26/world/africa/libya-us-embassy-evacuation/index.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

Where does Brazil export to? (2018). *Observatory of Economic Complexity*. 2018. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/show/all/2018/>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

Where does Brazil import from? (2018). *Observatory of Economic Complexity*. 2018. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/bra/show/all/2018/>. Acesso em 24 de jun. de 2020.

ZUCCARO, Paulo Martino; SOARES, Jorge Armando Nery Soares. Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro, RJ, ano XXII, n. 21, p. 6-13, 2002.

ANEXO A

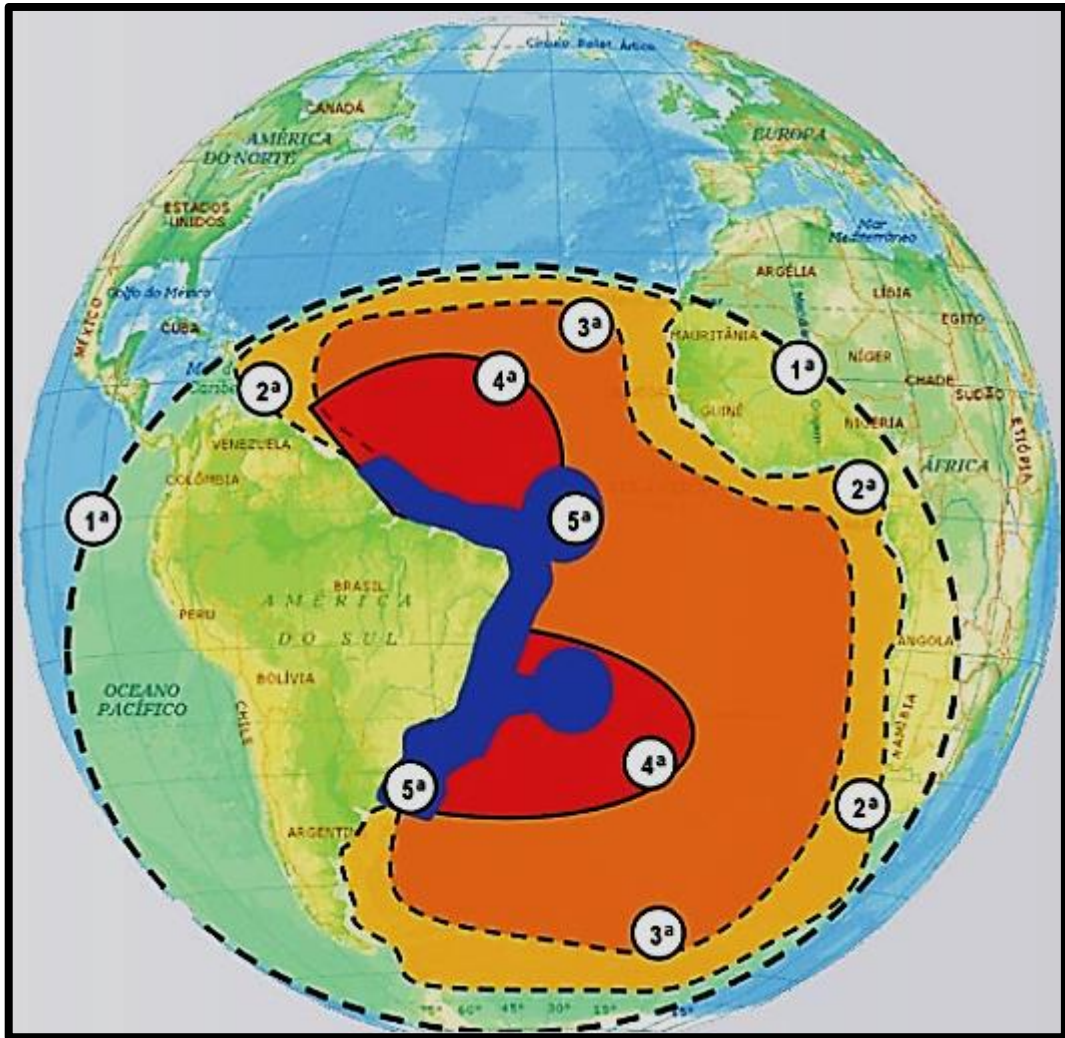


FIGURA 1 - Esboço de um sistema de defesa em camadas do litoral brasileiro.

Fonte: FERREIRA, 2014, p. 13.

ANEXO B

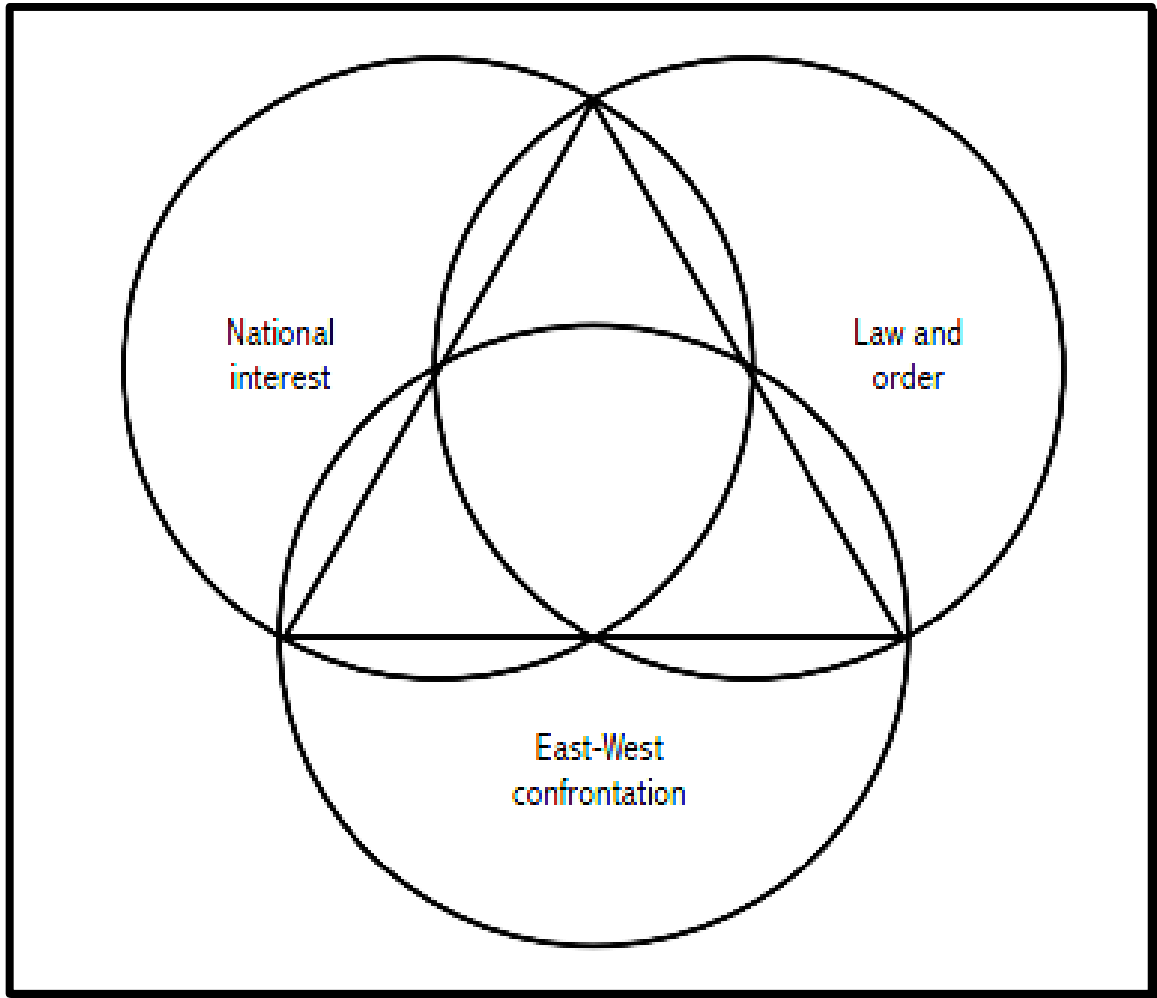


FIGURA 2 – Triângulo do uso do mar de Eric Grove.

Fonte: FERREIRA, 2014, p. 12.